

## OMC: Trajetória e Perspectivas\*

*Mario Garnero\*\**

A conclusão da reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Doha talvez projete o maior e mais ambicioso panorama para as trocas internacionais dos últimos 50 anos. O lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais, combinado com outras iniciativas liberalizantes, poderá acrescer à renda mundial cerca de US\$ 2,8 trilhões nos próximos 15 anos, declarou ao final da reunião Jim Wolfenson, Presidente do Banco Mundial. Num certo sentido, em termos de negociações comerciais, o século XX só acabou agora, em 2001, em Doha.

O século XX foi um século de invenções. Desde inventos tecnológicos: o automóvel, avião, o computador, até invenções “sociais”, como o próprio sistema político e econômico multilateral. Não havia, em séculos anteriores, uma estrutura voltada à manutenção da paz e da segurança internacionais, à defesa do meio ambiente, à promoção dos direitos humanos como a Organização das Nações Unidas. Com a ONU, o século XX inventava um “sistema”, uma “organicidade” política com representatividade universal.

No âmbito econômico, o mundo não dispunha tampouco de organicidade – um sistema que ajudasse a remediar crises como a de 1929, fornecesse estrutura para países em desenvolvimento ou em reconstrução pós-guerra e promovesse o comércio internacional. Essa organicidade seria baseada portanto num “tripé”. Os dois primeiros “pés” foram criados na reunião de Bretton Woods: o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. O terceiro pé seria uma organização para regular e promover os crescentes termos de comércio internacional. Sua fundação buscava-se em 1948, em Havana. Isso não foi possível em razão do veto da delegação dos Estados Unidos, e o que se mostrou viável foi apenas um tratado para cuidar do comércio de manufaturados, o GATT (sigla em inglês para Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). O GATT perdurou como principal referência do comércio internacional durante quase cinco décadas.

Nos anos 80 e 90, as inovações tecnológicas propiciaram uma verdadeira “explosão do comércio internacional” que abarrotou a inadequada moldura que o GATT oferecia a uma agenda tão densa. Ingressaram na ordem do dia questões como telecomunicações, serviços, tecnologias da informação, propriedade intelectual, investimentos, compras governamentais. O GATT, que funcionava mediante rodadas de liberalização comercial que duravam alguns anos (como a Rodada Uruguaí, a última e mais longa de todas), carecia então de uma “Casa”. Cada cômodo dessa “residência do comércio internacional” estaria ocupado por um dos temas (serviços, propriedade intelectual, etc). Investida na condição de estrutura para a solução de controvérsias e em busca de harmonizar as cada vez mais turbulentas relações econômicas internacionais, nascia em Marrakesh, Marrocos, na virada de 1994-95, a OMC.

No entanto, o comércio mundial nestes últimos cinco anos não foi um mar de rosas, e isso se mostrou pelo resultado de cada uma das reuniões ministeriais da OMC. Em Cingapura (1996), os países em desenvolvimento já sonhavam com uma rodada abrangente de liberalização agrícola. O que se conseguiu foi o desenho de um acordo para as tecnologias da informação, o ITA (Information Technology Agreement), de que participam EUA, UE e alguns Tigres Asiáticos. A agricultura era também o sonho em Genebra (1998), mas o principal resultado foi a moratória na cobrança de taxas sobre bens adquiridos via comércio eletrônico – grande vitória da delegação dos EUA. Em Seattle (1999), os países desenvolvidos, amparados pela bagunça das manifestações anti-globalização de sindicatos e ONGs, mais uma vez lograram adiar o debate agrícola e tentar legitimar políticas protecionistas com as fachadas do dumping trabalhista e do discurso ambientalista.

Tampouco foi róseo o panorama em torno da reunião de Doha. Instabilidade geopolítica precipitando uma desaceleração da economia mundial, com a expectativa de esfriamento da economia norte-americana. Expansão do comércio internacional estimada neste ano em apenas 6%, se comparada aos mais robustos 12% de 2000. E a suspeita de que a OMC constituiria um mecanismo disfarçado de consolidação dos interesses comerciais das nações mais favorecidas.

Foi a noção de concessão e compromisso, porém, que prevaleceu em Doha, e isso traz novo alento à economia mundial e à própria OMC como instituição. As conversações agrícolas estão agendadas, ainda que com a reticência francesa e seu insustentável protecionismo doméstico. Investimentos, compras governamentais, serviços e temas ambientais também serão contemplados. Avançou-se na definição de parâmetros para a aplicação criteriosa de medidas anti-dumping. E a razão dominou a discussão acerca das regras de patentes que valem para os medicamentos voltados a questões de saúde pública, como a AIDS. É um cenário mais promissor, enfim, o que emerge desses 6 dias de negociação.

Para o Brasil, o resultado é amplamente satisfatório, e nossa representação merece todos os elogios. Também como resultado da atuação brasileira, surge de Doha uma agenda que se aproxima mais do ideal de uniformização das condições internacionais de competitividade, que com justiça reclamam o Brasil e o mundo em desenvolvimento. A moldura está colocada. Cabe agora igualmente ao empresariado brasileiro dar substância maior ao perfil que queremos para nossa nova inserção comercial.

\* Este artigo foi originalmente publicado em O Estado de S. Paulo, 16.11.2001.

\*\* Mario Garnero é presidente do Fórum das Américas e do Grupo Brasilinvest.